

“A GENTE AINDA TEM UM CAMINHO LONGO PARA PERCORRER”: O PROJETO DOI-CODI E OS LUGARES DE MEMÓRIA – ENTREVISTA COM DEBORAH NEVES

“WE STILL HAVE A LONG WAY TO GO”: THE DOI-CODI PROJECT AND SITES OF MEMORY IN BRAZIL – AN INTERVIEW WITH DEBORAH NEVES



<https://doi.org/10.22228/rtf.v19i1.1452>

Izabella Cardoso da Silva Campagnol



Universidade de São Paulo



Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8494-5268>



E-mail: iza.cardosog@usp.br

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior



Universidade Federal de Mato Grosso



Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7918-1892>



E-mail: ary.junior@ufmt.br

Resumo: Neste artigo, entrevistamos a pesquisadora Deborah Leal Neves, historiadora e atual coordenadora do Grupo de Trabalho Interinstitucional Memorial Doi-Codi. A entrevista se justifica, uma vez que nos últimos anos vemos crescer perspectivas negacionistas sobre a ditadura militar brasileira. Do mesmo modo, enquanto historiadores, destacamos a importância de estudarmos o período da ditadura militar, bem como pretendemos acompanhar os esforços realizados no sentido de promover o processo de preservação dos espaços de memória a ele ligados.

Palavras-chaves: Ditadura Militar; DOI-CODI; lugares de memória; arquivos e digitalização

Abstract: : In this article, we interview the researcher Deborah Neves, currently responsible for the digitization project of the DOI-CODI archives and a postdoctoral researcher in History at Universidade Federal de São Paulo. The interview is justified by the fact that, in recent years, denialist perspectives regarding the Brazilian military dictatorship have grown. At the same time, as historians, we consider it important to highlight research trajectories related to this period, as well as to follow the efforts undertaken to promote the preservation of memory sites connected to that historical context.civilization.

Keywords: Brazilian military dictatorship; DOI-CODI; sites of memory; archives and digitization.

Ao longo dos últimos anos observamos ao avanço de pautas negacionistas nos diversos campo da sociedade, as quais impactaram desde campanhas de vacinação até a tentativa de relativizar dores e temas já superados pela ciência histórica. Nesse contexto, o período da ditadura militar passou a sofrer visões distorcidas e saudosistas, além de inúmeras manifestações públicas de slogans como “Volta AI-5”, “Militar já”, “Fechem o

congresso nacional” e “Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos os militares protegendo o Brasil”, dentre outros¹.

Dessa forma, compreendemos que mais do que nunca é necessário relembrar o que foram os anos de ditadura militar e combater o negacionismo acerca do tema. Nessa perspectiva, é importante destacar as ações que preservam os lugares de memória e lutam contra o esquecimento do que foram os anos de ditadura militar e toda sua estrutura repressiva. Assim, lugares como as sedes do Doi-Codi, Dops, dentre outros e a política de preservação que felizmente foi despertada na sociedade brasileira nas últimas décadas foi responsável pelo tombamento de inúmeros desses locais. Por outro lado, como destacamos no início, tais espaços e políticas por memória e reparação seguem ameaçados por projetos políticos negacionistas e relativistas.

Neste contexto, no mês de novembro de 2024, ao visitarmos as escavações da antiga sede do Doi-Codi em São Paulo, convidamos a atual coordenadora do Grupo de Trabalho Interinstitucional Memorial Doi-Codi, Deborah Regina Leal Neves, para realizar esta entrevista². Nela, a historiadora faz um balanço sobre sua trajetória, seus projetos no âmbito da preservação dos lugares de memória da ditadura, do projeto Doi-Codi e como tais ações vêm sendo realizadas. A entrevistada é formada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), possui mestrado na mesma instituição e doutorado na Universidade de Estadual de Campinas (UNICAMP), atualmente realiza pós-doutorado na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Foi servidora pública da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, com pesquisas voltadas para as temáticas de preservação e patrimônio³.

Ary Cavalcanti Jr e Izabella Campagnol: Deborah, inicialmente gostaríamos de saber como partiu o interesse por estudos no campo da ditadura militar brasileira? E que nos contasse um pouco sobre sua trajetória.

Inicialmente quero agradecer à Ary e Izabella pela oportunidade importante de poder conversar com vocês. Bom, meu interesse pelo campo da ditadura surgiu quando eu ainda era bem jovem, né? Eu tive em 1998 quando eu estava cursando a 8ª série numa escola estadual aqui de São Paulo (Godofredo Furtado), e na época ela estava passando por um período de reestruturação, de refundação de seu grêmio estudantil. E eu me organizei com outros alunos e nós fundamos uma chapa que chamava 1968 – muito em função do que a

¹ Ver: [Manifestantes conservadores pedem intervenção militar no governo - BBC News Brasil](#)

² A presente entrevista foi realizada entre outubro e novembro de 2024 exclusivamente para a Revista Territórios e Fronteiras.

³ Para informações mais detalhadas, consultar o Lattes da historiadora: <http://lattes.cnpq.br/1698840402677518>.

gente tinha acabado de estudar no curso de História sobre os movimentos estudantis, sobre a história da ditadura. Então, desde este momento eu me interessei pela história da ditadura, e aí enfim, eu fui retomar com mais profundidade o tema no fim da graduação em 2007, pois sobrou apenas 1 crédito para eu finalizar a minha graduação, e na Universidade de São Paulo (USP) não se trabalha com trabalho de conclusão de curso (TCC).

Na época, eu tinha ido à Buenos Aires, Argentina, pela primeira vez, e fiquei muito impressionada como a memória da ditadura era um tema muito presente no espaço da na história da cidade, algo que sempre me interessou. E aí eu vi uma intersecção entre a história da ditadura e a história da cidade. Então do ponto de vista da história, me chamou muita atenção o fato de ter nas ruas, nas calçadas e em alguns prédios a presença de placas – que lá eles chamam de *baldosas* –, onde havia a informação de que determinada pessoa desapareceu em tal data na ditadura militar. Isso era um tema presente também em visitas turísticas, e eu fiquei muito instigada com aquilo e decidi tentar compreender como a cidade de São Paulo e o campo do turismo trabalhavam ou não com a memória da ditadura. Com as pesquisas, constatei que não tinha nenhum programa público voltado para a memória da ditadura e foi este trabalho que eu desenvolvi como parte da disciplina, que se chamava Introdução à pesquisa em História, que valia 2 créditos e foi suficiente para me formar. Na época, o Memorial da Resistência⁴ tinha acabado de ser inaugurado (2008), então foi assim que eu comecei a me aprofundar um pouco mais no tema.

Ary e Izabella: Que balanço você faz acerca das disputas e dos espaços de memória da ditadura militar na atualidade? E qual a importância da preservação desses espaços para o ensino de história na luta contra o negacionismo?

Deborah: Bom, acho que a disputa pela memória da ditadura nunca deixou de existir, o que existiu, com a redemocratização, foi um movimento da predominância de um discurso e de um debate público muito mais voltado à democracia e para entendermos os malefícios da ditadura, mas sempre numa chave de entender como a repressão atuou – até a própria produção bibliográfica e historiográfica desde a redemocratização girou em torno disso. E essa hegemonia do campo progressista no debate sobre ditadura prevaleceu até a Comissão

⁴ O Memorial da Resistência de São Paulo é o maior museu de história dedicado à memória política das resistências e da luta pela democracia no Brasil, e tem como missão a valorização da cidadania, da pesquisa e da educação a partir de uma perspectiva plural e diversa sobre o passado, o presente e o futuro. Disponível em: [Institucional - Memorial da Resistência](#) acesso em 18 nov. 2024.

Nacional da Verdade (CNV)⁵ – não foi um evento único, mas sem dúvida um evento importante para gente entender o momento que vivemos hoje. Então ao contrário do que se imagina, a História não é um movimento linear e retilíneo em direção ao progresso em que a gente vai superando momentos-chave sempre no caminho de melhora – a gente tem retrocessos. O movimento da história é muito mais uma roda do que um movimento linear. E a questão dos espaços é o que talvez seja mais frustrante, porque o tempo que nós tivemos na democracia brasileira de protagonismo do discurso progressista não se refletiu na preservação dos lugares, dos espaços e da conservação deles. E isso acabou deixando uma lacuna na transmutação desses espaços em sítios de memória e consciência. Hoje temos um ambiente mais hostil a esta temática em função do avanço da extrema-direita e da resignificação do passado da ditadura, que tem sido exaltada ao invés de ser combatida. Os espaços oficiais, relativos a esta memória, do ponto de vista institucional, tiveram um avanço significativo, mas ainda tímido perto do que ainda nós precisamos, né? Portanto, a gente ainda tem um caminho longo para percorrer.

Neste sentido, a perda é muito significativa em não ter transformado esses lugares não só em museus, mas em espaços para debates, isso não apenas do ponto de vista do espaço físico, mas pelo espaço do debate público. Então as praças, os monumentos são coisas, objetos e manifestações que estão tendo questionamentos muito recentes, desde 2020 ganhou muita força – não que não existisse antes. Esses espaços são muito importantes, pois como nós vivemos a cidade – ela é onde vivenciamos o nosso cotidiano, os espaços que nós frequentamos, trabalhamos, estudamos, circulamos, dizem muito sobre a constituição de quem nós somos enquanto indivíduos e como sociedade, então eles têm um papel pedagógico muito importante. Por exemplo, quando perguntamos aos alunos, professores e funcionários, ou mesmo à comunidade do bairro quem é a pessoa que dá o nome à escola, geralmente as pessoas não sabem; esse é um exemplo da escola, mas de modo geral, sabemos pouco sobre quem homenageamos em espaços e prédios públicos. E quando nós conseguimos trazer e aproximar esses debates para nossa vida do cotidiano, é uma forma de as pessoas se apropriarem e entenderem que são sujeitos da própria história e da cidade. Aí eu destaco um trabalho muito importante que foi feito aqui na cidade de São Paulo, no ano de 2014, que é o projeto Ruas de Memória⁶, que debateu com as comunidades de alguns bairros a mudança dos nomes de algumas ruas, cujas pessoas estavam ligadas de algum

⁵ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída em 16 de maio de 2012 a partir da Lei 12528/2011. Sua finalidade foi apurar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Ver: [A CNV - CNV - Comissão Nacional da Verdade](#) Acesso em 30 nov. 2024.

⁶ Projeto promovido em São Paulo que pretende mudar progressivamente e de maneira participativa o nome de logradouros com nomes de violadores de direitos humanos.

modo à ditadura. A comunidade conheceu quem eram essas pessoas e pode debater sobre a pertinência de manter seu nome em uma rua. Embora eles entendessem que as pessoas homenageadas tinham esse passado complicado e perverso, a modificação do nome da rua teria uma implicação burocrática como a necessidade de troca dos endereços para correspondência. O resultado está muito mais no processo pelo qual se construiu esse debate público, do que a mudança do nome da rua propriamente. Aprofundar a democracia então é muito mais urgente e mais importante. E os espaços e lugares do cotidiano são ferramentas muito úteis para isso, né?

Ary e Izabella: Sabemos que países vizinhos, como o caso da Argentina, também passou por uma ditadura. A partir de seus estudos e vivências, quais principais diferenças quanto à preservação do patrimônio e das memórias nos casos do Brasil e da Argentina?

Como você citou o caso da Argentina, que foi algo que eu estudei com mais profundidade do que outros países – o que posso dizer do ponto de vista da política de preservação do patrimônio, a trajetória é muito semelhante. Tanto lá quanto cá, se deu no processo de constituição dos órgãos, sua atuação no forjar uma identidade única nacional sempre pautada pela materialidade e muito relacionada ao passado colonial. Mas tem algumas diferenças importantes. A primeira delas é que o papel dos historiadores na Argentina teve muito mais preponderância do que no Brasil, em que os arquitetos tiveram protagonismo nesse processo de preservação do patrimônio material. Então isso faz com que os objetos selecionados na Argentina não estejam só relacionados à sua qualidade estética, mas, sobretudo, com a sua importância histórica. Enquanto aqui no Brasil, a importância da histórica é sempre um acessório que acrescenta mais uma camada na justificativa na preservação de um bem cuja característica arquitetônica é o mais relevante, né?

Do ponto de vista da preservação do patrimônio da ditadura, tivemos uma relativa vantagem em relação à Argentina, porque nós começamos aqui, por exemplo no estado de São Paulo por meio do Condephaat⁷, uma preocupação em preservar esses lugares ligados à memória da ditadura já no processo de transição para a democracia. Então o primeiro tombamento é de 1985, do Arco do Presídio Tiradentes⁸, que foi demolido em 1973 para a construção da estação Tiradentes do metrô; foi seguido do tombamento da sede da antiga

⁷ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo.

⁸ Segundo a resolução 59/85: “Artigo 1o – Fica tombado como bem cultural de interesse histórico o arco remanescente da demolição do ex-presídio Tiradentes, localizado na Avenida Tiradentes esquina com a Praça Fernando Prestes, nesta Capital, pelo valor simbólico que representa na luta contra o arbítrio e a violência institucionalizadas em nosso país em passado recente.” In: Resolução SC 59/85, de 25 de outubro de 1985, publicado no DOE 26/10/85

Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), que foi palco da batalha da Maria Antonia⁹ em 1968 e que foi tombada em 1988 no aniversário de 20 anos do episódio. Por fim, em 1997, o tombamento do prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social (Dops)¹⁰ – este um pouco diferente, porque o que contou ali no tombamento foi muito mais o seu aspecto arquitetônico com uma intenção de captar recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento para requalificação urbana da área por meio da cultura, e não exatamente por ter sido o Dops.

Tivemos esse protagonismo em relação à Argentina, que só vai de fato entrar na pauta da preservação do espaço como patrimônio no começo dos anos 2000, porque em 1999 teve uma proposta do Carlos Menem, então presidente, de demolir o espaço da antiga sede da Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA)¹¹, para construir um parque e erigir um monumento em nome da reconciliação nacional. Essa proposta foi rechaçada pelos movimentos de direitos humanos, de familiares e de ex-presos e parte do Congresso também comprou essa ideia de impedir essa destruição. Assim, a ESMA foi reconhecida como patrimônio em 2004 pela *Comision Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*, o seu órgão nacional de preservação, equivalente ao que seria aqui o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) –. Uma série de outros reconhecimentos foram acontecendo ao longo da década de 2000 pela cidade de Buenos Aires e em outros lugares na Argentina e aí a nossa vantagem acaba. Isso porque eles desenvolvem, com muito mais profundidade, pesquisas em relação a esses lugares e a instalação de museus ou equipamentos públicos voltados à memória e à mobilização contemporânea da sua população nesses lugares, masque agora também estão passando por um momento de crise.

⁹ Em 2 de outubro de 1968 ocorreu o evento que ficou conhecido como Batalha da Maria Antonia, a antiga faculdade de Filosofia da USP. O evento marcou o enfrentamento entre os estudantes da USP e da Mackenzie que se enfrentaram por serem favoráveis e contra o golpe de 1964. Na ocasião, os alunos do ensino médio estavam organizando uma atividade beneficente em prol de organizações contrárias ao golpe, enquanto os alunos da faculdade particular resolveram atrapalhar a ação, que acabou com feridos. Consultar: **Livro branco sobre os acontecimentos da Rua Maria Antônia (2 e 3 de outubro de 1968)**. São Paulo: FFLCH/USP. Acesso em: 30 nov. 2024.

¹⁰ Segundo a resolução SC/2899 que dispõe sobre o tombamento do prédio do antigo Dops, temos: “Artigo 1o – Fica tombado como bem cultural de interesse para a memória social paulista o edifício localizado na Praça General Osório, no 66, 88, 120 e 136, o “antigo DOPS”, construído para abrigar armazéns da Estrada de Ferro Sorocabana, foi ocupado parcial e temporariamente pela direção da mesma empresa até o término das obras da Estação Júlio Prestes, de 1951 a 1953, o do estado e, em seguida, pelo DOPS, Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Foi projetado pelo Escritório de Ramos de Azevedo, sua importância arquitetônica é grande e decorre principalmente do seu partido arquitetônico. O espaço é definido de forma racional e organiza os ambientes, amplos, entre as prumadas verticais de circulação. Os sistemas estruturais adotados associam elementos modulares em ferro às duas torres de alvenaria portante e resolvem tecnicamente o espaço pretendido. No conjunto das celas, produto da ocupação do edifício pelo DOPS, reside parte significativa de seu valor histórico. Tal conjunto será preservado juntamente com os elementos originais do projeto.” In: Resolução SC 28/99, de 08 de julho de 1999, publicado no DOE 09/07/99, p. 24.

¹¹ Museu Sítio de Memória ESMA — Ex-Centro Clandestino de Detenção, Tortura e Extermínio, em Buenos Aires (AR). [Memoria argentina para el mundo: el Centro Clandestino ESMA – RESLAC](#)

Existe um debate se essas políticas de memória são de estado ou de governo e o que estamos vendo é que políticas desta natureza dificilmente, aqui na América Latina pelo menos se configuram como políticas de estado, mas sim como políticas de governo. Desde o governo Macri, os lugares de memória que estão estabelecidos como centros culturais ou afins, tem sofrido com um desfinanciamento e uma precarização de condições, demissão de trabalhadores, diminuição de recursos que impacta nas suas atividades, na diminuição do horário de funcionamento. Até que agora com o Milei está acontecendo de fato até um boicote às atividades, embora a ESMA tenha sido reconhecida como um patrimônio da humanidade no ano de 2023 pela Unesco, o que foi muito importante, inclusive, para garantir sua existência como espaço de memória durante o governo Milei, o que mostra a importância dessas proteções supranacionais para permanência desses espaços.

Aqui no Brasil a gente teve o tombamento do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi)¹², em 2014, o tombamento do antigo Dops de Belo Horizonte¹³, em 2015 e alguns avanços e retrocessos em relação à Casa da Morte¹⁴, definitivamente tombado em 2022, que está num processo de musealização bastante significativo, será um marco na parceria entre Estado, sociedade civil e universidades, mas que ainda com avanços muito tímidos. A gente tem o Memorial da Democracia¹⁵, na Paraíba, que é uma iniciativa do governo do estado, temos o Memorial da Resistência no Ceará, mas ainda muitos pontuais, além do Memorial da Resistência¹⁶, criado em 2008, sendo a instituição mais longa.

Ary e Izabella: Desde o ano passado quando começaram as escavações à antiga sede do Doi-Codi de São Paulo, houve uma grande repercussão, tanto da mídia, quanto de pessoas que por lá estiveram. Dentre desse contexto, gostaria que nos contasse sobre a finalidade do projeto e o que já foi encontrado, além de possíveis dificuldades?

¹² Segundo a resolução de tombamento: “Artigo 1º - TOMBAR EX-OFFICIO, nos termos do parágrafo único do artigo 7º da Lei nº 10.032 de 27 de dezembro de 1985, o CONJUNTO DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DA OBAN E DOI-CODI, localizado na Rua Tutóia nº 921 com Rua Tomás Carvalhal s/nº e Rua Coronel Paulino Carlos, no bairro do Paraíso (Setor 036 - Quadra 045 - Lote 0175-1, do Cadastro de contribuintes da Secretaria Municipal da Fazenda), como bem cultural de interesse artístico, urbanístico, paisagístico, histórico e turístico.” RESOLUÇÃO Nº 10 / CONPRES / 2017.

¹³ O tombamento foi realizado em fevereiro de 2016, tendo como objetivo preservar a memória do local e transformá-lo num lugar de memória da repressão.

¹⁴ A Casa da Morte foi um centro clandestino de tortura que funcionou na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, durante a ditadura militar no Brasil. Diversos presos políticos foram torturados na casa, tendo apenas uma única sobrevivente, a militante Ines Etienne Romeu. Cedida pelo empresário Mário Ladders a estrutura do centro de repressão foi montado na rua Arthur Barbosa, 668, no bairro Caxambu. In: *Gaspari, Elio. «A matança». In: Companhia das Letras. As Ilusões Armadas: a Ditadura Escancarada. 1ª ed. 2002*

¹⁵ O Memorial da Democracia da Paraíba foi criado para promover o estudo, a valorização e a memória referentes ao período ditatorial na Paraíba. Foi criado pelo Decreto Estadual n. 34426, 10/2012.

¹⁶ O Memorial da Resistência é um dos maiores museus de história sobre a memória política e da luta pela democracia no Brasil. Inaugurado em 2009, é um lugar dedicado a preservar a história do prédio do antigo Deops/SP. O memorial promove exposições, atividades culturais, ações educativas e visitas guiadas.

Com relação aos trabalhos que estão sendo desenvolvidos no DOI-Codi, eles começam quando o tombamento foi aprovado, em 2014, pelo Condephaat. Quando eu estava desenvolvendo a pesquisa e atuando como técnica de preservação, a minha perspectiva foi entender e fazer um balanço das experiências da Argentina, do Brasil, um pouco da Alemanha também para entender o que tinha dado certo e o que que tinha dado errado, nesse campo da preservação do patrimônio como material mesmo. Porque existia sempre uma tentativa de colocar o patrimônio relacionado à memória traumática na chave da imaterialidade, de que aquilo que está sendo preservado é uma memória e não necessariamente a materialidade do lugar – o que é uma grande bobagem. Porque esse entendimento levou, por exemplo, à perda irreparável e irrecuperável da materialidade presente no prédio do Dops, onde está o Memorial da Resistência de São Paulo, que foi desfigurado por uma reforma feita no início dos anos 2000, que decidiu deliberadamente transformar aquele num espaço museológico no sentido clássico que o prédio tem que servir para emoldurar a obra de arte e não ser o próprio objeto da apreciação. Então, o objetivo com o tombamento em 2014 era garantir que isso não se repetisse no prédio do DOI-CODI, que pela constatação até aquele momento, era um prédio que guardava boa parte das suas características, mesmo com usos posteriores ao DOI-Codi, e que com uma boa pesquisa arqueológica e arquitetônica poderiam ser encontradas informações naquele prédio. Então a resolução de tombamento é muito específica nesse sentido – de que qualquer intervenção que fosse ser feita naquele edifício deveria ser precedida de uma pesquisa estratigráfica e arqueológica, para identificar quais foram as modificações e eventualmente trazer vestígios da ocupação do Doi-Codi no local. Bom, isso foi em 2014, com o tombamento.

Existia uma expectativa de uma criação de um museu ali principalmente por conta da atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que tinha requerido isso ao então governador Geraldo Alckmin. Existiu um aceno positivo que infelizmente não se concretizou em virtude das eleições de 2014 e acabou ficando em *stand by*. A mobilização social deu uma arrefecida naquele momento e o ano de 2014 foi bastante conturbado, 2015 e 2016 muito mais. Até que no meio de 2016, o Ministério Público recebeu uma denúncia por parte da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo de abandono do prédio do Doi-Codi, e requereu do Condephaat a realização de uma vistoria para instruir o Inquérito. Então eu fui realizar uma vistoria no prédio em razão desta denúncia e de fato houve um agravamento da condição de conservação do prédio. E esse inquérito Civil foi o caminho para a criação do Grupo de Trabalho Doi-Codi, do qual eu sou coordenadora desde 2018. O Ministério Público apontou que entendia que a criação de um museu depende de uma série de questões – vontade política, recursos financeiros, recursos humanos –, mas queria saber se existia uma

possibilidade de ocupação daquele espaço, mesmo que precária e provisória. E eu como técnica da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico, fiquei incumbida pela coordenadora da Valéria Rossi, de pensar em soluções, mesmo que pontuais ou provisórias. Aí veio a ideia de criar esse GT, a partir do conhecimento das experiências internacionais da Argentina e da Alemanha, para debater o que fazer. O que a gente pensou foi: nosso objetivo é a instalação do museu-memorial, e qual o caminho para começar? Então retoma-se a ideia de resolução de tombamento como ponto de partida, pelas pesquisas arqueológicas, estratigráficas e arquitetônicas e decidimos que por ali seria o início.

Nós elaboramos esse primeiro projeto em 2019 ainda, foi uma construção coletiva do GT, tentamos alguns financiamentos sem sucesso, tentamos algumas parcerias com o governo do estado também sem sucesso, até que no final de 2021, nós conseguimos, por meio de projeto da profa. Claudia Plens, arqueóloga da Unifesp, um recurso oriundo do Cnpq que financiaria parcialmente o trabalho de arqueologia forense no local, E aí a profa. Aline Carvalho, da Unicamp, do Laboratório de Arqueologia Pública, conseguiu com a Unicamp o mesmo valor em recursos para executar o trabalho de arqueologia histórica e pública.

No ano de 2022, nós realizamos os trabalhos mais internos. O prof. Andres Zarankin da UFMG, argentino com vasta experiência neste campo da arqueologia da resistência e repressão, conseguiu, por exemplo, com a Leica, a empresa de tecnologia de imagem, o escaneamento 3D de todo o principal prédio do complexo – são 4 prédios e nós conseguimos fazer o escaneamento de um deles, o principal de interrogatório e tortura. Fizemos uma pesquisa com Georadar, que faz a identificação de patologia na edificação e modificações construtivas, e o levantamento das coordenadas geográficas para realizar o cadastramento como sítio arqueológico junto ao Iphan. Só para entender que tem um processo por trás: são muitos anos e muita gente envolvida

A partir disso, então estruturamos nosso trabalho de 2023, em que foram realizadas pesquisas arqueológicas em um trabalho inédito aqui no Brasil, em que foram conjugados os trabalhos de arqueologia pública, arqueologia forense, e arqueologia histórica, justamente para encontrar objetos relacionados à ocupação do Doi-Codi, informações que poderiam ter sido deixadas nas paredes por pessoas que ficaram presas, eventualmente vestígios biológicos e por fim, a abertura deste espaço para as pessoas conhecerem tanto o trabalho da arqueologia, quanto o trabalho do GT Memorial Doi-Codi e do próprio órgão e do lugar. Nesses 12 dias que nós trabalhamos, realizamos uma série de atividades, coordenadas pela Fernanda Lima – pesquisadora de pós-doutorado da UFMG –, que consistiram em visitas agendadas ou espontâneas, oficinas fornecidas a professores e alunos

do Ensino Fundamental e Médio., para trazer a arqueologia para o mundo “comum”, voltada para pessoas que não são especialistas no tema. Foram realizadas também 4 meses de debates em parceria com o Centro de Pesquisa e Formação do SESC e com o Centro de Preservação Cultural da USP, além de uma seleção voluntários realizada com alunos de graduação, permitindo que aqueles que nunca trabalharam com a arqueologia tivessem essa vivência, o que atraiu também com estudantes de outros estados. O Sesc Vila Mariana forneceu alimentação para nossa equipe, a parceria com o Memorial da Resistência que viabilizou a visita conjugada de duas escolas, e claro, o engajamento dos professores do ensino básico e superior, que se organizaram e trouxeram seus alunos para participar: veio escola de Suzano, de Sorocaba, alunos do Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto e alunos do CIEP de Angra dos Reis, que viajaram 12 horas de ônibus para fazer a visita.

Ary e Izabella: Deborah, qual era a estrutura organizacional que permitiu a repressão às organizações de esquerda? E como o trabalho feito hoje no órgão visa trabalhar com a memória sobre o período?

Bom, o Doi-Codi é uma experiência e um órgão bastante importante para a Segurança Pública e para a repressão da ditadura. A política de segurança pública, deixa de ser atribuição dos estados, para ser uma estratégia de defesa externa do país. Existia a ideia de uma ameaça ideológica ao país, coordenada pelo combate ao comunismo, então o Exército passou a atuar na Segurança Pública Estadual, como forma de controlar mais de perto do que estava acontecendo dentro dos estados. E isso sabe-se graças ao trabalho do Carlos Fico em “Como eles agiam” e da Mariana Joffily em “No centro da engrenagem” que dissecaram essa estrutura, e identificaram em documentos oficiais do Exército a percepção de que essas polícias existentes eram incapazes de atuar no combate ao que eles chamavam de guerrilha urbana. Então o nosso trabalho de pesquisa arqueológica foi muito no sentido de buscar evidências dessa materialidade contadas pelos ex-presos, contadas pelos agentes e narrada ali muito bem pelo jornalista Marcelo Godoy em seu livro “A casa da vovó”, então entender o que esses prédios tinham para nos contar.

Na pesquisa de arqueologia nós conseguimos encontrar por exemplo, alguns objetos relacionados à atividade do próprio órgão, encontramos no lugar de fichamento deles um frasco de tinta, além de mais de 300 objetos que estão sob a custódia provisória do Laboratório de Arqueologia Pública. Com recursos do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, estamos procedendo na conservação e na pesquisa desses objetos encontrados no prédio.

A pesquisa forense identificou ali um registro parietal, que consiste na inscrição de um calendário dos meses de outubro e novembro, possivelmente do ano de 1970. Pode ser

também do ano de 1981, mas como não havia mais pessoas presas no prédio neste ano, achamos muito pouco provável que uma pessoa que trabalhava ali fizesse um calendário na parede – com uma precisão muito importante, já que os registros apontam tanto o dia do mês quanto o da semana, o que permitiu a identificação destes dois anos – 1970 e 1981. Além de 2 pontos específicos em que foram identificados elementos que reagiram ali aos componentes químicos da pesquisa forense e que estão sob análise, são registros que são muito antigos, tiveram ali uma exposição muito longa, embora tivessem preservados ali pelo próprio concreto sobreposto ao piso anterior, mas também não existe na literatura um vestígio humano tão antigo num espaço de cometimento de crime, se configurando como uma pesquisa inédita. Foram criados procedimentos e protocolos de pesquisa pela pesquisadora Maryah Haertel, da UFSC e pela Profa. Claudia Plens para a investigação destes lugares de memória e cometimento de crimes, e esses resultados da coleta das amostras estão sendo confrontados com outros em uma bibliografia internacional.

Então isso mostra que primeiro, a gente precisa entender o DOI-Codi como paradigmático dentro da construção da ideia da segurança na ditadura – ele nasce como um órgão clandestino, a Operação Bandeirante e depois é incorporado à estrutura oficial do Exército - mas atuando à margem da legalidade, porque não tinha a prerrogativa de prender, interrogar e muito menos de torturar e matar, que foi o que aconteceu. E esse modelo de São Paulo acabou se replicando para outros oito estados mais o Distrito Federal, que tiveram os DOI-Codi e dos quais sabemos muito pouco. Então este trabalho é importante para conhecer mais sobre a estrutura do órgão e que sem dúvida deixa vestígios na atual política de segurança pública e principalmente na atuação das Polícias, em particular a Polícia Militar, né? Não é à toa que a gente vê relatos de torturas sendo bastante denunciados nas audiências de custódia e também vimos aí episódios da Polícia Rodoviária Federal que acabou assassinando uma pessoa dentro da viatura com técnicas de tortura. A tortura é algo presente nas polícias ainda hoje embora a ditadura tenha acabado. Portanto está aí uma das importâncias do estudo.

Com relação às dificuldades que temos encontrado. Tratar desse tema, exatamente por ser um tema muito contemporâneo, é muito difícil e tem uma resistência por parte do governo do estado em instalar esse museu no espaço do antigo DOI-Codi, com a justificativa de que já existe o Memorial da Resistência, e que portanto, não há necessidade de outro equipamento para tratar do tema. Mas, a gente não pretende tratar dos mesmos temas que o Memorial da Resistencia que tem por objetivo tratar das resistências e da repressão do estado ao longo do período republicano. E é justamente a particularidade e a singularidade de criação do DOI-CODI, que faz com que seja necessário preservar e tornar aquilo um lugar

de memória e um museu-memorial, pois nos 12 anos de atividade do órgão passaram por ali mais de 7 mil pessoas, segundo um levantamento feito em junho de 1975. A atividade do órgão persistiu até fins de 1976 com presos no interior do órgão, tendo atuação muito incisiva que a gente precisa compreender mais. Como eram os agentes que foram cooptados de outras forças de repressão, era uma força muito distinta do que a gente conhece, então a gente ainda sabemos muito pouco sobre a própria atuação do DOI-CODI e os impactos para a atualidade.

Então a dificuldade está aí: estamos numa conjuntura ruim – já tivemos conjunturas mais favoráveis, mas também não saiu esse Museu-Memorial. Eu atribuo isso também ao fato de que o DOI-CODI não foi só financiado pelo estado, mas também por parte da sociedade civil. Os empresários financiaram, dos quais muitos ainda vivos ou seus herdeiros, atuaram para existência e funcionamento do DOI-CODI. Este pacto civil-militar tem lugar no DOI-Codi e isso é o que também dificulta essa implantação. Mas o nosso trabalho como mobilização social em torno do compromisso com a democracia é manter essa mobilização permanente até a instalação do Museu-Memorial e depois, porque é uma ferramenta importante para gente debater os temas de hoje e não apenas do passado. A ditadura está muito presente ainda num país que tem um passado autoritário desde sua fundação, e o DOI-CODI tenha sido só o aperfeiçoamento dessa repressão, e é muito importante compreender isso desde uma perspectiva histórica, tanto do que veio antes quanto depois. O DOI-CODI não inventa a tortura, mas sistematiza. Ele institucionaliza a tortura como uma política de estado que valeu por esse tempo todo e deixou muitos desaparecidos e as pessoas têm o direito de poder sepultar os seus mortos. Esse é um direito fundamental do qual o Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Então o nosso trabalho é muito voltado para o hoje, para que a gente conheça essa estrutura e consiga correlacionar com o presente, quais são as muitas violências que o Estado ainda nos impõe de uma maneira sistematizada. Essa é nossa preocupação: que a gente consiga estabelecer um diálogo com o presente para que a gente traga isso para o nosso cotidiano e possamos nos entender como sujeitos da história e que somos capazes de fazer transformações, quando a gente tem conhecimento e ferramentas adequadas. E os museus tem essa missão de serem instrumentos de transformação social e de realidades.

Ary e Izabella: Para as professoras/es que pretendem conhecer um pouco mais sobre o campo do patrimônio, memória e ditadura no Brasil, quais referências e locais sobre o tema você indicaria?

Olha, com relação às referências e pesquisas, felizmente o campo de patrimônio relacionado às memórias traumáticas cresceu bastante na última década, principalmente na

década de 2010, e eu sou uma das pessoas que faz parte dessa geração que estuda este tema, mas tem trabalhos que são importantes referências: tem o trabalho da Samantha Viz Quadrat (UFF), da Ana Paula Brito, o trabalho do Núcleo Memória, que atua com visitas no DOI-Codi, fornece cursos e palestras e mantém os “Sábados Resistentes”, junto com o Memorial da Resistência, Tem agora também o MUSEU do Trabalho e Direitos Humanos no Batalhão do Exército em Barra Mansa, para entender a repressão aos trabalhadores e operários, tem o Museu das Ligas Camponesas e o Memorial da Democracia na Paraíba. Temos o trabalho da sociedade civil muito presente no movimento Ocupa Dops, do Rio de Janeiro, e o grupo Pró-Memorial Casa da Morte em Petrópolis. Na região Sul, tem o trabalho da profa. Caroline Silveira Bauer, que pesquisou as comissões da verdade do Brasil e da Argentina e suas políticas de memória, em perspectiva comparada. A tese dela ganhou prêmio, inclusive ela tem um trabalho muito interessante no Laboratório de Usos do Passado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O importantíssimo trabalho da Federal de Pelotas (UFpel), que tem um Programa de Pós-graduação em Patrimônio e Museus, de onde saem ótimos trabalhos. O trabalho da Fernanda Luiza Teixeira Lima, que pesquisou também de forma comparada dos museus do Chile, Brasil e Argentina. Recomendo os trabalhos dos colegas latinoamericanos, como o Núcleo de Estudios de Memória, da Argentina, que mantém a revista *Clepsidra*, muito importante que há 10 anos ou mais já debate o tema da memória da América Latina como um todo. O trabalho da Professora Ana Guglielmucci, argentina radicada na Colômbia, do Yan Gracco, um doutorando da UFBA, que estuda pela perspectiva da arquitetura esses lugares, enfim, têm trabalhos muito importante e significativos produzidos nos últimos 15 anos.

Temos alguns outros meios: podcasts, por exemplo, da Ana Paula Brito, que chama “Memória para quê?” e tem duas temporadas que debatem com várias pessoas. Tem o trabalho do Museando, que também debate sobre museus. O grande trabalho do meu amigo querido Lindener Pareto, no Provocação Histórica, disponível no Youtube. Tem o trabalho do Marcelo Paiva, que estuda políticas de preservação do Iphan, principalmente ali na gestão do Gilberto Gil, no governo Lula, que foi muito importante para a ampliação democrática do patrimônio. Enfim, tem também a Inês Gouveia (IEB-USP), que atua na rede de museologia social, o prof. Renato Cymbalista, da FAUD-USP, que vem produzindo diversos trabalhos junto com alunos da graduação, como o *Guia das memórias difíceis da cidade de São Paulo*, então acho que são experiências muito importantes. E claro, também a nossa página do @arqueodoicodi.sp. a gente tem inclusive material pedagógico para download gratuito que é disponível para professores do fundamental e médio, em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito Parlamentar.

Ary e Izabella: Nos últimos anos, docentes dos mais variados níveis educacionais sofreram perseguições e/ou desenvolveram um certo receio/medo em discutir temas como o da ditadura militar. Como a preservação do patrimônio e a visita a espaços como esses, que remontam o que foram os anos de repressão podem ajudar nesse aspecto?

Como relação à perseguição a professores e à importância das visitas, eu tenho relato de uma professora de uma escola estadual que foi com seus alunos durante as pesquisas arqueológicas e mandou um relato relevante falando da importância da visita mediada com os pesquisadores para os alunos. Já que a escola estadual, ao menos aqui em São Paulo, está muito seguindo cartilhas e materiais pré-formatados, os professores têm pouca flexibilidade para tratar esses temas na sala de aula. Então, numa experiência externa, esses alunos podem ter contato fora do livro didático, tem a possibilidade de ver as coisas acontecerem na prática. Por exemplo, a professora Daria Abreu do Rio de Janeiro, que visitou com os alunos do CIEP, que produziram um jogo em que o seu avatar visite o espaço do DOI-CODI, por meio da reprodução do espaço em 3D, feita por eles com pouco recursos, que permite a visita a partir da perspectiva deles mesmos. Então tem um potencial pedagógico gigantesco, que transcende a questão só da História, mas estamos falando de linguagem de programação, jogos, arquitetura, geografia, artes visuais, design.

Eu tenho certeza que espaços como o nosso podem mostrar que a mobilização social funciona e também produz resultados e que a academia, a universidade é um espaço de produção dessas mobilizações e principalmente de soluções, não apenas um espaço da crítica, em que é possível construir caminhos, alternativas, soluções, junto da comunidade do ensino fundamental e médio. A ideia é que trabalhemos juntos, por isso eu não tenho dúvida de que isso é importante tanto para a universidade, se ampliar e se democratizar cada vez mais, quanto para os professores de ensino básico terem a possibilidade de compartilhar e aprofundar seu conhecimento e aplica-los com seus alunos, desenvolver senso crítico por meio de outras ferramentas pedagógicas além da sala de aula. A minha exortação é de que os professores busquem conhecer quais são as atividades e mobilizações sociais que acontecem no seu entorno, no seu bairro, na sua cidade e tentem estabelecer essas pontes porque a educação faz muito mais sentido quando a gente consegue aplicar à nossa realidade. O fortalecimento das ações conjuntas, tanto de escolas quanto de movimentos sociais, que permitem a gente avançar enquanto sociedade, em termos de cidadania e de qualidade de vida

Ary e Izabella: qual balanço você faz acerca da preservação dos espaços de memória?

É um balanço preocupado. Eu me lembro que em 2014, quando defendi o meu mestrado, que acabou virando livro, entendia que eu tinha esgotado do ponto de vista da preservação do patrimônio, a minha contribuição ao campo. Porque eu tinha feito um balanço das políticas até aquele momento e tinha apresentado caminhos que a gente podia construir dali para frente. E hoje, passados 10 anos, o que eu vejo é um retrocesso muito grande, não apenas no Brasil, mas também no mundo.

Nós tivemos uma atuação prejudicial do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Houve uma pressão para acabar com o reconhecimento de lugares de memória difíceis e traumáticas como patrimônio da humanidade. Existiam alguns reconhecimentos, pouquíssimos, que representa nem 1% de reconhecimento da UNESCO, mas houve engajamento muito forte para acabar com esse reconhecimento, que ficou suspenso por 2 anos - entre 2020 e 2022 – e só foram retomados em 2023, quando a ESMA foi reconhecida como patrimônio da humanidade. Porque o Icomos insistia de que essa não era a melhor forma de reconhecer esses espaços, alegando uma imaterialidade, o que não é verdade. A materialidade é muito importante para esses espaços – eles são insubstituíveis – e têm muito a nos contar a partir da materialidade, independentemente da sua forma arquitetônica – é importante dizer. E graças a uma mobilização do Icom – Conselho Internacional de Museus, por meio do ICMEMOHRI, e a Coalização Internacional de Sítios de Memória, que essa suspensão foi revertida e a UNESCO voltou a reconhecer lugares de memória traumática como patrimônio da Humanidade. Mas, com dificuldades adicionais, que podem inviabilizar novos reconhecimentos nos próximos anos. Trata-se de uma série de exigências que não existem para outros lugares de memória ou patrimônios, então infelizmente tivemos esse retrocesso.

E há também uma estagnação por parte do IPHAN, que estabeleceu por meio de Portaria n. 318¹⁷ a categoria da Declaração de Lugares de Memória que tem sido usada para evitar o tombamento de lugares relacionados à memória traumática, o que é muito ruim porque você reconhece que aquele é um lugar de memória, mas isso não resulta em nenhum tipo de acautelamento, de proteção, de garantia de existência desses espaços. É de novo colocando na chave da imaterialidade, colocando na dificuldade de fruição, e claro,

¹⁷ Trata-se da Portaria n. 318, de 7 de novembro de 2019, que altera a portaria n. 69 de 22 de fevereiro de 2013 e regulamenta as diretrizes de preservação do Conjunto Rural de Rio da Luz, Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. Essa portaria promoveu reações por parte dos historiadores, pesquisadores e movimentos sociais, uma vez que acabou por flexibilizar a legislação de tombamento de patrimônio público, facilitando a conquista desses espaços pela iniciativa privada.

atribuindo valores bastante ultrapassados como autenticidade, originalidade, remissão à memória do país por meio da arquitetura monumental para esses lugares.

Foi um processo teve quase nenhum debate público, foi aberta uma consulta pública por 60 dias para que fossem enviadas contribuições via e-mail. Não consta nos documentos publicizados quais foram essas contribuições, a bibliografia apresentada no documento final não tem nenhuma referência do campo dos lugares de memória, especialmente traumática, não teve nenhum debate específico sobre esse lugar: foi apenas uma decisão unilateral do IPHAN, que deve publicar sua regulamentação após seis anos, o que é lamentável, porque não teve um debate amplo com pesquisadores do campo.

Então temos, quando não uma estagnação, um retrocesso muito grande, e infelizmente vimos aí também uma indisposição do governo federal me reconhecer esses lugares como patrimônio ou a sua transformação em museus-memoriais, alegando que isto é algo que está no passado e tem que ser superado, que não devemos “remoer”. Numa dissociação do episódio de janeiro de 2023 com o golpe de 1964, a gente perde uma oportunidade histórica de avançar no tema da justiça e da memória, então o balanço dos últimos 10 anos é muito ruim. E espero que tenhamos mais pressão e mobilização social pela criação de e reconhecimento de outros lugares de memória por meio da patrimonialização e da musealização.

Ary e Izabella: Deborah, para finalizar gostaria que nos contasse um pouco sobre seus próximos projetos.

Estou no meu segundo ano do pós-doutorado na Unifesp, desenvolvendo um trabalho para a criação de um museu virtual do DOI-Codi, entendendo que todos esses trabalhos que nós fizemos não podem estar restritos apenas a artigos. Ele precisa estar numa linguagem universal e acessível, inclusive, do ponto de vista das fontes primárias e da organização das informações para que a gente conheça mais sobre o DOI-CODI. Então o memorial virtual vai ser este lugar que agrega as informações e conhecimento que nós já construímos sobre o DOI-CODI, com muita gente e instituições envolvidas, de muitas áreas – alunos de graduação, do Design, da Arquitetura, trabalhando até mesmo voluntariamente para a produção deste espaço. Conseguimos, um recurso do Ministério de Direitos Humanos (MDH), que vai viabilizar a criação dessa plataforma, e esta é uma outra briga, porque o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) não reconhece os museus virtuais como instituições, e isso os deixa fora de financiamentos e fomentos públicos. Muitas vezes, essas plataformas virtuais são a única forma de os museus existirem. Neste ano o Grupo de Trabalho (GT) foi reconhecido como um Ponto de Memória em virtude das suas práticas de preservação do patrimônio e de suas práticas de museologia social, articulando os dois

campos, e nós vamos continuar a batalha, não só pela instalação do museu no espaço físico do DOI-CODI, mas também do museu virtual como uma instituição, fruto da mobilização social, do engajamento de pesquisadores, militantes e pessoas comuns em torno deste projeto. Eu estou me dedicando a ele até meio do ano que vem, mas acredito que isso deve ter desdobramentos para além do meu projeto de pós-doutorado, porque tem muita gente engajada, muita gente envolvida. E é claro que quem quiser contribuir, participar, estamos de portas abertas e toda contribuição é muito bem-vinda.

Então este é o projeto principal neste momento. Também teremos aí a publicação de vários artigos sobre o nosso trabalho de arqueologia no ano passado. Todos já foram submetidos e estão passando por avaliação agora e também a publicação de um livro agora no próximo ano. É um trabalho que anda menos rápido do que gostaríamos, mas continuo, de mobilização permanente e do qual o museu virtual será mais uma das frentes de atuação, porque é um espaço da realidade que nós do campo da defesa da democracia precisamos ocupar e com qualidade para combater as mentiras, as negações e tentativas de reescrita da história de maneira mentirosa. E é meu compromisso, que a gente tenha até o fim deste ano de 2024 uma versão piloto e até julho do próximo ano a abertura do Museu Memorial Virtual DOI-Codi para acesso público. Será um site em permanente construção e atualização para não se tornar obsoleto e esse é o compromisso de um museu, mantido com a contribuição de diversas pessoas.

Enquanto isso, nós continuamos tocando aí outros projetos que vão alimentar o projeto do memorial virtual, que são principalmente as coletas de testemunho, e aqui eu deixo um convite para todas as pessoas que ainda não deixaram seus testemunhos que entrem em contato conosco para gravar os seus testemunhos e deixar essa contribuição para as próximas gerações. Não importa quanto tempo a pessoa ficou presa, se foram apenas algumas horas, dias, meses, toda contribuição é muito importante porque conhecemos pouco sobre o DOI-Codi e cada um pode contribuir com sua peça para este quebra-cabeças que é essa história. Muito obrigada.

Recebido em 26 de julho de 2025
Aceito em 24 de março de 2026